

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PEDRO FIGUEIREDO

Órgão Auditado: EXECUTIVO MUNICIPAL DE MATO QUEIMADO

Assunto: ESCLARECIMENTOS – CONTAS DE GOVERNO

Período Examinado: 2015

Processo: 002434-0200/15-1

NELSON HENTZ, Administrador do Executivo Municipal no exercício em tela, vem, respeitosamente, por intermédio de seus procuradores infra-assinados, na forma do artigo 12, IV, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas, apresentar os

ESCLARECIMENTOS

Pertinentes aos apontamentos, nos termos que seguem:

MÉRITO**2 - DA TRANSPARÊNCIA****2.3 - Da Transparência - LC Federal nº 131/2009**

A respeito do não cumprimento da Lei da Transparência a Equipe de Auditoria apontou as seguintes situações não localizadas:

Recibo de Informações Nº 8/2015
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Lei da Transparência - LC nº 131/2009

Órgão: PM DE MATO QUEIMADO
Encerramento: 30/11/2015 às 15h e 23min
Site: www.matoqueimado-rs.com.br
População: 1798

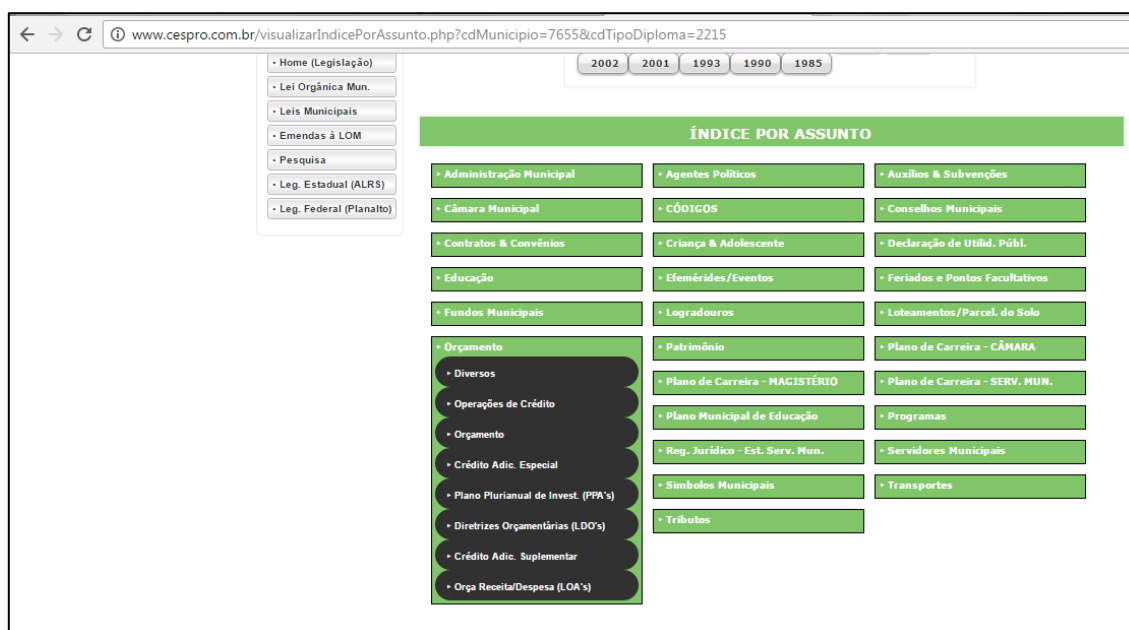
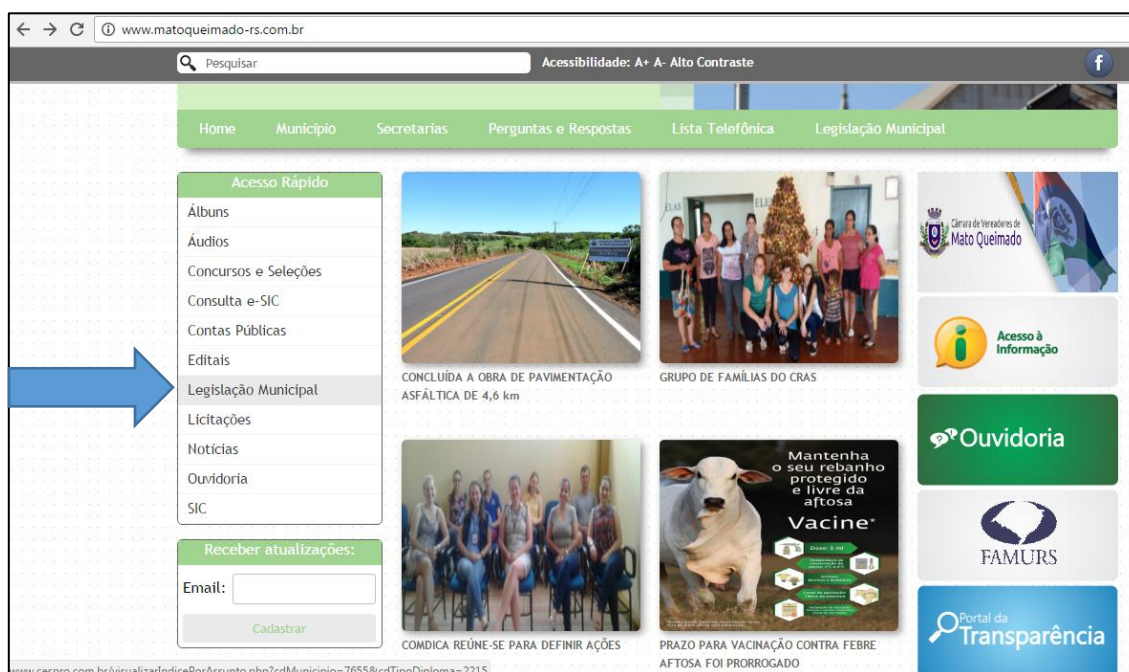
Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Natureza da receita	S
- Previsão dos valores da receita	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)	
- A prestação de contas (relatório de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio	N
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	N
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	N
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	N
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	N
- Existência do PPA	N
- Existência da LDO	N
- Existência da LOA	N

Convém destacar que o site do município estava passando por algumas atualizações para melhor disposição das informações e transparência, assim algumas informações não foram possíveis atualizar e disponibilizar em tempo hábil. Fato que nas próximas auditorias estará revolido.

Salienta-se que informações como, por exemplo: PPA, LDO e LOA ao invés de estarem disponíveis no link de transparência podem ser acessadas

através do botão “Legislação Municipal” apresentado na página inicial – menu Acesso Rápido, conforme segue.



Ou seja, não foi negada a informação ao cidadão, nem afirmar que houve prejuízo ou que o gestor não deu transparência as peças orçamentárias, pois o que aconteceu foi somente a publicação em outra divisão do site, de mais fácil visualização.

De qualquer forma foi solicitada a transferência desta informação para o portal de transparência, a fim de que seja atendida a legislação específica. Por essas razões, requer-se o afastamento do aponte em comento,

bem como de qualquer penalidade pecuniária ao Gestor.

2 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

2.1 - DOS DOCUMENTOS

2.1.2 – Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD. O Balanço Patrimonial acostado à peça 265.938 não atende a exigência regimental desta Corte de Contas, tendo em vista que apresenta saldo credor em conta de natureza devedora. Desatendimento ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução nº 1052/2015.

Nos termos do relatório de auditoria, o Poder Executivo apresentou, no seu Balanço Patrimonial (Anexo 14), a conta de “Crédito a Longo Prazo”, com saldo credor ao invés de saldo devedor.

Salienta-se que o apontamento em questão, segundo a equipe de auditoria, diz respeito ao desatendimento do art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Resolução TCERS nº 1.052, de 2015, abaixo transcrito. Ou seja, diz respeito ao prazo de entrega do demonstrativo contábil.

Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:

(...)

III – até o último dia útil do mês de janeiro do exercício seguinte:

(...)

c) demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;

No que tange saldo invertido da conta do ativo do Demonstrativo Contábil (a – Quadro Principal), cabe salientar que tal situação ocorreu em decorrência de que os valores de “ajustes para perda de dívida ativa” estavam maiores que os valores registrados da própria Dívida Ativa. Ou seja, não estavam corretos os valores a receber da Dívida. Situação que foi corrigida durante o exercício de 2016, conforme anexo 2.1.2.

Portanto, o próximo demonstrativo contábil (balanço patrimonial), referente ao exercício de 2016, que será encaminhado ao TCES em janeiro de 2017, apresentará saldo contábil correto.

Convém ressaltar que tal situação apresentada no Quadro Contábil, gerado pelo SIAPC-PAD, e indicada discrepante e incorreta, poderia ter sido evitada caso o sistema do TCERS tivesse gerado uma inconsistência no momento do preenchimento, impedindo a transmissão da informação contábil ao TCERS. Fato que mereceria atenção da nobre Corte de Contas.

No mais, em se tratando do enquadramento dado pela equipe de auditoria no que se refere a ferimento da Resolução TCERS nº 1.052, de 2015,

cabe expressar que tal argumento não se sustenta, pois o documento foi encaminhado ao TCERS no dia 29 de janeiro de 2016, conforme se pode observar na peça 0278094 que esta acostada no processo em questão. Portanto, apontar uma situação que esta sendo atendida na sua plenitude.

Diante do exposto, tem-se que alertar que não houve problemas com prazo de entrega alegado pela equipe de auditoria, e que foi expresso no resumo do aponte.

Entretanto, o gestor sempre preocupado em promover a boa gestão e a clareza das informações, no instante que soube desta situação contábil, solicitou a promoção urgente da falha resultantes dos registros de 2015.

Assim, requer-se o afastamento do aponte em tela, bem como a possibilidade de qualquer imposição de penalidade pecuniária ao Gestor responsável, pois não houve descumprimento de prazo alegado pelos auditores.

DOS PEDIDOS

DIANTE DE TODO O EXPOSTO e, por tratar-se da mais ampla medida de DIREITO e da mais merecida JUSTIÇA, requer a DESCONSTITUIÇÃO dos apontes e o reconhecimento da regularidade das contas, sem a imposição de multa, na medida em que restou demonstrado a não configuração, por parte do Gestor, de infringência às normas de direito constitucional e direito administrativo vigentes.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2017.

p.p.
Brunno Bossle
OAB/RS 92.802